

Industrialização e desenvolvimento endógeno em Portugal: problemas e perspectivas*

João Ferrão**

A. Mendes Baptista***

Resumo — Entender os processos endógenos de desenvolvimento local implica identificar a diversidade de situações e potencialidades que se podem associar às iniciativas de raiz local. Nesse sentido, e após salientar o papel privilegiado que, na generalidade, as PME locais desempenharam no processo de reconfiguração dos dinamismos regionais a partir do final da década de 70, apresentam-se exemplos de factores que tendem a diferenciar aquele universo (génese e trajectórias individuais dos empresários, contexto local, tipos de articulação com elementos exógenos) e sublinha-se o facto de o predomínio de iniciativas locais não assegurar, por si só, processos realmente endógenos de desenvolvimento local. Finalmente, apresentam-se alguns comentários sobre as relações que se verificam, ou se pensa dever existir, entre o enquadramento institucional e o reforço de processos endógenos de desenvolvimento local.

Introdução

Os comentários apresentados ao longo deste artigo devem ser encarados como um primeiro esforço no sentido de se esboçar uma *geografia das desigual potencialidades de desenvolvimento endógeno das regiões portuguesas exteriores às áreas metropolitanas de Lisboa e Porto*.

Trata-se, portanto, de uma análise de carácter geral, onde se pre-

* Texto referente à comunicação apresentada na conferência "Depressed Regions in the Mediterranean European Countries and Endogenous Development", Scilla, Itália, Junho, 1988.

** Instituto de Ciências Sociais/Faculdade de Letras de Lisboa

*** Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território/Instituto Superior de Economia

tende identificar, a partir da realidade territorialmente diversificada do país, os principais factores inibidores ou potenciadores de *processos endógenos de desenvolvimento local*.

Numa primeira parte, e centrando a atenção exclusivamente sobre as actividades industriais¹, reconhece-se que, paralelamente a outros países, nomeadamente da Europa do Sul (veja-se, por exemplo, as obras coordenadas por Aydalot 1984, Fuà e Zacchia 1983, Garofoli 1983, Hudson 1984, e ainda Vazquez Barguero 1985), se verificou uma acentuada reconfiguração dos dinamismos regionais a partir do final da década de 70, em que as PME de raiz local surgem como protagonistas privilegiadas.

Numa segunda parte, comenta-se criticamente alguns pressupostos simplificadores que não raro aparecem associados (ainda que de forma implícita) à interpretação do processo anteriormente referido, chamando-se a atenção para: a) necessidade de levar em conta, de modo explícito, a variedade de situações e potencialidades existentes no seio dos investimentos de raiz local; b) necessidade de reconhecer que o *investimento endógeno* (de raiz local) não garante, por si só, a sustentação de *processos endógenos* de desenvolvimento local. Pretende-se, desta forma, desmistificar a visão maniqueísta de certos discursos sobre o desenvolvimento local, tanto de políticos como de técnicos, que beneficiam *acriticamente* a PME de raiz local e, por contraponto, subalternizam ou penalizam mesmo, de *forma indiscriminada*, as empresas exógenas e/ou de maior dimensão.

Finalmente, e numa terceira parte, apresentam-se alguns comentários sobre as relações que se verificam, ou se pensa dever existir, entre o enquadramento institucional e o reforço de processos endógenos de desenvolvimento local.

1. *Padrões regionais de desenvolvimento industrial*²

O modelo de desenvolvimento adoptado pelo Estado Novo veio reforçar tendências seculares para a litoralização da economia portuguesa, em geral, e para a concentração nas áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, em particular. Essas tendências foram aceleradas na década de 60 mediante um êxodo da população para o estrangeiro (globalmente Portugal sofreu um decréscimo do total de habitantes) e para a área de Lisboa, única região a apresentar um crescimento demográfico positivo.

1.1. *Anos 70: factores favoráveis à descentralização produtiva*

Durante a última década, uma série de factores novos e inesperados vieram, no entanto, criar um enquadramento com *potencialidades* para pôr em causa aquelas tendências e provocar profundas transformações na lógica da organização espacial da sociedade portuguesa.

Em primeiro lugar, a crise económica afectou de forma mais intensa

as regiões tradicionalmente industrializadas e em particular as de indústria pesada, com destaque para a margem sul do Tejo, na área Metropolitana de Lisboa.

Em segundo lugar, a reacção da política macroeconómica à crise traduziu-se em medidas de desvalorização do mercado interno e de forte apoio às exportações, penalizando duramente a região de Lisboa e favorecendo as indústrias tradicionais do Norte Litoral.

Terceiro, as regiões mais atrasadas do Interior e do Sul beneficiaram de importantes injeções de rendimento não só através das transferências dos emigrantes mas ainda, no final da década, dos mecanismos redistributivos da Lei das Finanças Locais, ao mesmo tempo que aumentavam a sua participação nos investimentos públicos, num esforço de colmatar as carências sociais mais gritantes a que o novo regime democrático não poderia ficar indiferente.

Em quarto lugar, o regresso de mais de meio milhão de indivíduos provenientes das ex-colónias e o retorno de emigrantes dos países europeus vieram relançar a dinâmica demográfica das áreas onde se fixaram, em geral as regiões de origem, e trazer ao Interior uma nova capacidade de iniciativa empresarial. No caso dos ex-colonos a via empresarial era frequentemente a única alternativa de refazer a vida e essa opção foi mesmo objecto de apoios especiais. Mas mais importante é que, a par da penetração dos novos meios de comunicação de massas, contribuíram para transformações radicais na estrutura da procura, no modo de vida e na forma de encarar o mundo. Em certa medida, foram o elemento de ruptura em sociedades tradicionais.

Finalmente, a evolução das oportunidades de emprego, as dificuldades de acesso às profissões “intelectuais” e ao funcionalismo, ao mesmo tempo que retêm os jovens nas regiões de origem contribuem para uma revalorização social da função do empresário e constituem um estímulo adicional à criação de auto-emprego.

Seria de esperar que todos estes factores estivessem na origem de uma nova dinâmica espacial, favorável a uma descentralização ou pelo menos desconcentração das actividades e à criação de novas oportunidades para as regiões menos desenvolvidas. Contudo, a década de 70 foi ainda um período de continuação das tendências anteriores, com o centro de gravidade da actividade económica a deslocar-se ainda mais para o litoral e em direcção a Lisboa, acompanhando uma rápida terciarização da economia e uma aceleração do ritmo de urbanização.

1.2. Anos 80: emergência de novos dinamismos regionais

Apenas no final da década surgiram alguns indícios de que as transformações da estrutura económica poderiam vir a provocar alterações significativas na estrutura espacial da nossa sociedade (MPAT, 1987 e 1988).

A região de Lisboa, que já havia perdido força de atracção sobre os migrantes internos, terá entrado num processo de “desindustrialização” relativa, com perda de emprego industrial, sobretudo na indústria

pesada e nas grandes empresas. Simultaneamente, apresenta um crescimento mais lento do que a média do país em todos os ramos do sector terciário.

O emprego industrial vai ter o seu crescimento em grande medida concentrado em áreas bem definidas do litoral e em particular nos concelhos periféricos à área Metropolitana do Porto. São as áreas urbanas de dimensão intermédia que vêm aumentada a sua participação no emprego da indústria transformadora. No interior, as áreas de industrialização antiga continuam em declínio, mas algumas áreas a norte do Tejo apresentam evoluções que, à sua escala, deverão ser consideradas bastante positivas.

No que respeita ao dinamismo demográfico são identificáveis pelo menos quatro regiões de crescimento superior à média nacional: a) no Norte Litoral, e com centro na área dos têxteis (Vale do Ave), destaca-se o território compreendido entre Viana do Castelo e Aveiro, prolongando-se mesmo para o interior através do Vale do Douro; b) a região de Lisboa, onde se registam processos de organização interna dos espaços habitacionais; c) a área de grande dinamismo industrial, a cerca de 100 Km a norte de Lisboa, com o núcleo em Leiria; d) um grupo de concelhos à volta de Viseu, na separação entre o Centro-Litoral e o Centro-Interior, que apresenta condições estratégicas de localização, quer de acessibilidade interna quer internacional. A comparação com o crescimento do emprego da indústria revela que, *grosso modo*, são estas as áreas que, em grande medida, estão a organizar espacialmente o crescimento industrial.

A dinâmica recente da indústria transformadora veio dar origem ao aparecimento de novos pólos de desenvolvimento industrial que disputam a primazia às áreas tradicionalmente mais industrializadas de Lisboa e do Norte Litoral, embora através de processos muito diferenciados e com perspectivas também muito desiguais, que só poderão ser identificadas se formos além das indicações que as estatísticas sobre a evolução do emprego ou do VBP industrial permitem obter.

No Norte Litoral, a área Metropolitana do Porto e as suas extensões para nordeste aliam a um crescimento significativo da participação no emprego industrial nacional um conjunto de fragilidades estruturais, a suscitarem preocupações e a exigirem atenção particular. Trata-se de um crescimento extensivo, especializado em ramos tradicionais orientados para a exportação e de vantagens assentes no recurso a mão-de-obra barata, que, em grande número de casos, adiam a modernização tecnológica, desvalorizam o mercado local e se revelam demasiado dependentes do exterior, quer no acesso aos serviços industriais quer no acesso ao mercado. A predominância e multiplicação das pequenas empresas e a inexistência de elementos evidentes de diversificação significam a relevância de processos de crescimento por imitação. Para sul da área Metropolitana do Porto, embora aquelas características ainda sejam predominantes no processo de crescimento, vamos encontrar situações de maior diversidade e inovação, a que não será alheia a implantação recente de alguns grandes investimentos de capitais estrangeiros no sector das metalomecânicas e material de transporte.

O actual dinamismo de Leiria e concelhos vizinhos tem por base o aproveitamento de recursos naturais (minerais não metálicos) e a crescente expansão e modernização das indústrias metalomecânicas e beneficia de vantagens comparativas resultantes de mão-de-obra barata e da introdução de inovações tecnológicas significativas. Um forte espírito empreendedor de origem endógena aliado à implantação de unidades industriais controladas do exterior completam o quadro da evolução recente desta região.

A área de Viseu possui condições excepcionais de localização e acessibilidade e as unidades aí implantadas, em que as de iniciativa exógena detêm um peso considerável, procuram beneficiar dessas condições, da existência de uma mão-de-obra de origem rural e da disponibilidade de recursos naturais (agro-florestais).

A região de Lisboa só aparentemente se pode considerar num processo de desindustrialização (Mendes Baptista, 1987). De facto, é mais correcto referir a ocorrência de um processo de reestruturação da sua base industrial, complementado por uma intensa terciarização, em que estão em causa o saneamento de capital obsoleto (que explica a perda global de emprego industrial), acompanhado de aumento de produtividade, de elevação da estrutura tecnológica da mão-de-obra e da introdução de novos produtos, novas formas de organização e novos processos produtivos. O facto de ser a região de maior dinamismo empresarial permitir-lhe-á suportar processos de filtragem de algumas indústrias para as áreas rurais periféricas, sem perdas significativas na sua participação na indústria nacional.

Nas regiões do interior e do litoral sul (Algarve) encontramos alguns concelhos que tiveram, à sua escala, crescimento significativo da indústria, ainda que sem impacte em termos nacionais. Tendo as grandes empresas assumido uma estratégia defensiva e recessiva face à crise, com a consequente maior imobilidade do investimento industrial, o elemento central em boa parte dos processos de transformação em curso é a capacidade interna de cada região para se adaptar a um enquadramento global em mudança. Apesar deste enquadramento ser exterior à região, e em certos casos até ao próprio país, não é errado afirmar que a *dinâmica espacial recente da economia portuguesa é, para muitas áreas, basicamente endógena*. Dinâmica endógena que, no entanto, apresenta uma multidimensionalidade regionalmente diferenciada, de que a seguir apresentamos alguns dos elementos que consideramos mais relevantes.

2. Investimento endógeno e exógeno

As componentes endógena (local) e exógena contribuem de forma bastante diferenciada para a dinamização industrial das várias áreas do país (Ferrão, 1987, 1988).

De um modo geral, o investimento exógeno (de origem internacional e nacional) apresenta-se particularmente activo: a) nas áreas metropolitanas do Porto e sobretudo de Lisboa: b) em áreas rurais de localização

imediatamente periférica, afectadas por processos de desconcentração desencadeados a partir daquelas aglomerações urbanas; e c) em casos de âmbito mais ou menos pontual, onde a disponibilidade de mão-de-obra, a existência de recursos naturais ou a ocorrência de vantagens de aglomeração e localização superiores à média justificam a atracção de capitais provenientes do exterior.

Pelo contrário, nas áreas de industrialização antiga do interior, nas áreas rurais de localização mais marginal e nas extensões, para nordeste e sul, da área Metropolitana do Porto, a componente endógena tende a polarizar a maioria das iniciativas empresariais existentes.

Sendo globalmente correcta, esta afirmação exige, contudo, alguns comentários adicionais em relação à *definição de investimento endógeno e aos diversos segmentos susceptíveis de serem autonomizados no seu seio.*

2.1. *Investimento endógeno: uma primeira aproximação*

Como qualquer classificação dicotómica, a divisão das unidades implantadas num determinado território em apenas dois conjuntos (endógeno e exógeno) apresenta-se rígida e algo artificial. De facto, os conceitos de endógeno e exógeno caracterizam-se inevitavelmente pela sua multidimensionalidade: origem do empresário, do capital, do saber, da mão-de-obra, do equipamento, etc.. Ora é bem conhecido que estes diferentes elementos não se acompanham necessariamente no que se refere à sua origem geográfica e que o tipo de relações que se estabelece entre eles pode assumir intensidades e modalidades muito distintas.

A riqueza de interrelações prováveis parece, portanto, opor-se à convicção de que se torna não só possível mas mesmo indispensável analisar autonomamente a parcela de investimentos endógenos.

A resolução desta (aparente) contradição justifica duas precisões de carácter conceptual: a) retém-se, por questões de operacionalização, a perspectiva mais restrita de investimento endógeno, identificando-o com as iniciativas cujos fundadores/empresários possuem um claro enraizamento local (naturais da região ou já residentes na altura em que a empresa foi criada); b) defende-se a necessidade de distinguir “investimento endógeno” e “processo de industrialização (de desenvolvimento local) endógeno”, de forma a levar em conta a variedade das dinâmicas localmente existentes.

Estas observações sugerem, desde logo, que *o predomínio de investimento endógeno* (tal como aqui é encarado) *não se traduz obrigatoriamente por um processo de industrialização (de desenvolvimento local) basicamente endógeno.* A distinção, que a seguir se apresenta, de diferentes tipos de iniciativas de raiz local permitirá ilustrar, posteriormente, esta afirmação.

2.2. Investimento endógeno: da unidade à diversidade

A caracterização de qualquer empresa pressupõe o conhecimento simultâneo das relações que se estabelecem tanto no seu seio como com o exterior. Para o primeiro caso, a estrutura organizacional, as estratégias de desenvolvimento tecnológico e os modos de gestão de mão-de-obra constituem três aspectos centrais a ter em conta. No que se refere às relações com o exterior, torna-se indispensável averiguar a forma como cada empresa se articula localmente com os tecidos institucional, sociocultural e produtivo.

O conhecimento empírico destes diversos elementos para realidades regionais distintas² permite afirmar que, nos territórios exteriores às áreas metropolitanas de Lisboa e Porto³, a diversificação da componente endógena tende a configurar-se basicamente em torno de um número de certo modo restrito de oposições. Salientamos duas, que, de entre as mais importantes, nos parecem particularmente negligenciadas pela literatura publicada sobre estas questões: a) *génese e trajectórias individuais dos empresários*; b) existência (ou não) de tradição industrial.

a) Ao nível da génese e trajectórias individuais dos empresários é possível identificar duas situações nucleares (v. quadro 1).

QUADRO 1

GÉNESE EMPRESARIAL: VIA «TÉCNICA» VERSUS VIA «EMPÍRICA»

	VIA «TÉCNICA»	VIA «EMPÍRICA»
EMPRESÁRIO	<ul style="list-style-type: none"> — Formação técnica específica e/ou tradição empresarial familiar — Empresariado como escolha consciente de modo de vida — Maior «racionalidade» na decisão — Maior acesso às fontes de informação e instâncias de decisão — Maior propensão à inovação de produtos e processos de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> — Formação empírica (em geral com base na experiência profissional anterior, como assalariado produtivo, administrativo ou do sector da comercialização em actividades idênticas ou fortemente relacionadas) — Empresariado como consequência «normal» de progressão na carreira — Maior «espontaneidade» nas decisões — Maior importância de comportamentos miméticos de adaptação ao meio — Reprodução das estruturas económicas existentes
ESTRUTURA ORGANIZATIVA	ESTRUTURA JURÍDICA	Sociedades Anónimas e Sociedades por Quotas (+ SEE)
	ESTRUTURA EMPRESARIAL	<ul style="list-style-type: none"> — Inserção frequente em grupos industriais ou empresariais — Maior divisão (especialização interna) do trabalho
		<ul style="list-style-type: none"> — Empresas em nome individual ou sociedades por quotas com forte componente familiar — 1 empresa/1 unidade produtiva — Fraca mobilidade do capital. O local de naturalidade/residência como factor de localização fundamental — Investimento endógeno muito centra-

QUADRO 1 (cont.)

VIA «TÉCNICA»		VIA «EMPÍRICA»	
ESTRUTURA ORGANIZATIVA	ESTRUTURA EMPRESARIAL	<ul style="list-style-type: none"> — Maior mobilidade do capital e importância das estratégias de racionalização locativa (relocalização, disjunção funcional, etc.) — Investimento exógeno ou endógeno de inserção supralocal/supra-regional — Maior dimensão média 	<ul style="list-style-type: none"> do no empresário/família/realidade (social e produtiva) local — Baixa dimensão média — Elevada taxa de mortalidade das novas empresas
	RELAÇÕES COM O EXTERIOR	<ul style="list-style-type: none"> — Maior facilidade de recurso ao crédito bancário — Maior recurso à subcontratação industrial — Recurso mais intenso a serviços especializados — Maior capacidade de negociar/impor preços, produtos, condições de emprego — Maior capacidade de transformar o meio 	<ul style="list-style-type: none"> — Importância das relações familiares e pessoais como origem do capital e do saber — Menor recurso ao crédito bancário ou maior dificuldade/dependência face à banca — Importância das relações de dependência via subcontratação (geralmente de capacidade) — Maior sujeição às regras e condições impostas pelo «mercado»
PROCESSOS DE TRABALHO	<ul style="list-style-type: none"> — Maior importância das técnicas fordistas da organização da produção — Maior presença de fases não directamente produtivas (concepção, design, marketing, etc.) — Processos de trabalho (mecanizados e automatizados) com recurso a tecnologias mais avançadas — Índices de produtividade e capacidade de transformação (VAB/VBP) mais elevados 	<ul style="list-style-type: none"> — Maior peso das tarefas manuais — Processos de trabalho menos especializados — Maior frequência dos casos de obsolescência tecnológica e de deficiências na organização da produção 	
MODOS DE GESTÃO DA MÃO-DE-OBRA	<ul style="list-style-type: none"> — Maior estratificação da mão-de-obra, maior percentagem de ocupações terciárias, maior peso das funções de enquadramento operário — Maior penetração sindical, remunerações médias mais elevadas, maior recurso à formação profissional — Mais elevada percentagem de mão-de-obra feminina não qualificada nos ramos intensivos em trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> — Maior precarização de emprego, incluindo uma presença mais forte das diversas formas de trabalho oculto — Maior extensão do horário de trabalho — Menores regalias sociais — Maior percentagem de operários masculinos não qualificados, provenientes nomeadamente da agricultura e construção civil 	
ACTIVIDADES	<ul style="list-style-type: none"> — Maior peso dos bens de equipamento e intermédios — Maior peso dos bens de consumo inovadores em termos de produto ou processos de trabalho — Maior peso da prestação de serviços industriais 	<ul style="list-style-type: none"> — Maior peso das actividades tradicionais, intensivas em mão-de-obra não qualificadas 	

QUADRO 1 (cont.)

	VIA «TÉCNICA»	VIA «EMPÍRICA»
INSTALAÇÕES		— Maior frequência de instalações precárias no que respeita quer ao estado de conservação e especificidade da área ocupada (caves, garagens, pré-fabricados, edifícios de empresas falidas, etc.), quer quanto às condições de posse (alugadas, emprestadas)
MERCADOS	— Maior importância do mercado nacional e exportação	— Maior peso dos mercados locais/regionais

Por um lado, os que alcançaram essa posição apoiados sobretudo nos conhecimentos que adquiriram em níveis médios ou superiores do ensino formal (no domínio da gestão ou da formação técnica específica) e/ou que possuem uma tradição familiar empresarial consolidada. A este tipo de trajectória chamaremos, por comodidade de exposição, *via técnica*.

Por outro lado, os que ascenderam ao estatuto de empresário através de um processo mais ou menos longo de aprendizagem empírica em actividades semelhantes ou afins, onde ocupavam a posição de assalariados, nalguns casos do sector produtivo, noutros da parte administrativa ou de comercialização. Por contraste com a trajectória anterior designaremos por *via empírica* a situação agora descrita.

Tratando-se de situações nucleares, é natural que as vias “técnica” e “empírica”, no seu estado puro, não esgotem o leque de realidades existentes, tanto no que se refere aos empresários como no que concerne às empresas. Não é raro, aliás, verificar que, em determinadas unidades, uma gestão dinâmica e consistente se apoia justamente na complementaridade das vias individualmente percorridas pelos seus responsáveis. De qualquer modo, o predomínio de uma outra via representa uma das principais clivagens que (ainda) segmenta internamente o conjunto de iniciativas de raiz endógena.

b) No que se refere ao contexto local, a existência (ou não) de uma tradição industrial reflecte-se, igualmente, por situações actuais e potenciais bastante distintas (v. quadro 2).

QUADRO 2

CARACTERIZAÇÃO REGIONAL DO INVESTIMENTO ENDÓGENO

TIPO DE ÁREAS	PESO RELATIVO DO INVESTIMENTO ENDÓGENO	GÉNESE EMPRESARIAL		TRADIÇÃO INDUSTRIAL CONSOLIDADA		PADRÃO DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA			EVOLUÇÃO RECENTE DOS TECIDOS LOCAIS DE RAIZ ENDÓGENA			
		Via empírica	Via técnica	Sim	Não	Relativam. diversif. estruturas locais atenuadas	Relativam. especial/produção mec. cresc. extensivo	Bastante especial/produção sis. prod. locais	Dissolução relativa/casos pontuais revitaliz.	Perigo desarticulação face invest. exógena	Consolidação	
Expansões para NE e Sul da A. M. Porto	++	x	(x)	x			(x)	x				x
Áreas rurais adjacentes às AM's de Lisboa e Porto	+	x	(x)		x							x
Áreas de industrialização antiga do litoral	+	x	(x)	x		(x)	(x)	(x)				x
Áreas de industrialização antiga do interior	++	x	(x)	x			(x)	x	x			
Sedes do distrito	+	x	x	(x)		x						x
Áreas rurais mais marginais	++	x			x	x					x	

Em áreas onde aquela tradição está ausente, o investimento endógeno é mais débil e atomizado, desenvolvendo-se basicamente em torno de dois pólos: o aproveitamento de recursos locais (agrícolas e florestais) e a satisfação da procura local (sobretudo alimentação e construção civil/habituação). A fraqueza ou mesmo inexistência de tradição industrial dificulta, naturalmente, a multiplicação de unidades apoiadas na via empírica. Por outro lado, a relativa estagnação demográfica e social de muitas destas áreas não favorece a génese e retenção de iniciativas de raiz local mas desenvolvidas no âmbito da via técnica. Assim sendo, a componente endógena, embora maioritária dada a reduzida expressão alcançada pelas actividades industriais, apresenta-se nestes casos tendencialmente pouco dinâmica, tanto no que se refere à criação de novas empresas como no que toca a modernização (de produtos e processos de fabrico) das já existentes.

Em áreas com tradição industrial verifica-se vulgarmente um razoável ou mesmo acentuado grau de especialização produtiva: têxtil/vestuário, calçado, madeira/mobiliário, artigos de cortiça, de plástico ou de vidro, curtumes, ferragens, moldes de aço, conservas de peixe, etc.. Por detrás desta tendência ocorrem, no entanto, realidades relativamente distintas. Num extremo colocam-se as situações onde prevalecem os processos de crescimento extensivo, com forte incidência dos mecanismos de concorrência horizontal. A via empírica domina e a inserção no mercado internacional é geralmente mais fraca.

No outro extremo afirmam-se sistemas produtivos locais incluindo actividades (produtos e serviços) fortemente interrelacionadas. A via técnica, complementando a via empírica, e a articulação com o exterior ocupam uma posição de realce na dinamização global destes sistemas.

Neste último caso, a segmentação de condições de produção e emprego apresenta-se geralmente mais marcada, não sendo raro que em torno de empresas de dinamismo consistente, mais desenvolvidas organizativa e tecnologicamente, proliferem unidades igualmente bastante dinâmicas mas associadas a situações de maior precaridade (de instalações, de condições de trabalho e emprego, etc.) e evidenciando um elevado grau de vulnerabilidade face a factores exteriores.

Em áreas onde aquela tradição está ausente, o investimento endógeno é mais débil e atomizado, desenvolvendo-se basicamente em torno de dois pólos: o aproveitamento de recursos locais (agrícolas e florestais) e a satisfação da procura local (sobretudo alimentação e construção civil/habituação). A fraqueza ou mesmo inexistência de tradição industrial dificulta, naturalmente, a multiplicação de unidades apoiadas na via empírica. Por outro lado, a relativa estagnação demográfica e social de muitas destas áreas não favorece a génese e retenção de iniciativas de raiz local mas desenvolvidas no âmbito da via técnica. Assim sendo, a componente endógena, embora maioritária dada a reduzida expressão alcançada pelas actividades industriais, apresenta-se nestes casos tendencialmente pouco dinâmica, tanto no que se refere à criação de novas empresas como no que toca a modernização (de produtos e processos de fabrico) das já existentes.

Em áreas com tradição industrial verifica-se vulgarmente um razoável ou mesmo acentuado grau de especialização produtiva: têxtil/vestuário, calçado, madeira/mobiliário, artigos de cortiça, de plástico ou de vidro, curtumes, ferragens, moldes de aço, conservas de peixe, etc.. Por detrás desta tendência ocorrem, no entanto, realidades relativamente distintas. Num extremo colocam-se as situações onde prevalecem os processos de crescimento extensivo, com forte incidência dos mecanismos de concorrência horizontal. A via empírica domina e a inserção no mercado internacional é geralmente mais fraca.

No outro extremo afirmam-se sistemas produtivos locais incluindo actividades (produtos e serviços) fortemente interrelacionadas. A via técnica, complementando a via empírica, e a articulação com o exterior ocupam uma posição de realce na dinamização global destes sistemas.

Neste último caso, a segmentação de condições de produção e emprego apresenta-se geralmente mais marcada, não sendo raro que em torno de empresas de dinamismo consistente, mais desenvolvidas organizativa e tecnologicamente, proliferem unidades igualmente bastante dinâmicas mas associadas a situações de maior precaridade (de instalações, de condições de trabalho e emprego, etc.) e evidenciando um elevado grau de vulnerabilidade face a factores exteriores.

Via empírica e via técnica, tradição e renovação, dinamismo e crise, consistência e vulnerabilidade, entrecruzam-se, pois, no seio dos investimentos de origem local, traduzindo-se pela ocorrência de realidades díspares e por vezes internamente bastante heterogéneas. *O mundo das iniciativas empresariais de raiz local apresenta-se demasiado diversificado para ser analisado como um todo.* Além disso, a variedade de modalidades de articulação com elementos de proveniência exógena, implantados ou não localmente, reforça, de forma cumulativa, o carácter multiforme da componente endógena.

Finalmente, uma análise da evolução, ocorrida nos últimos anos, dos tecidos locais de raiz endógena permite detectar tendências diversas:

— dissolução relativa ou absoluta, em casos onde a presença de empresas/sectores tradicionais em crise é relevante.

— perigo de desarticulação, em áreas em que a incidência de investimentos exógenos se apresenta particularmente dinâmica e desenvolvida numa óptica de "enclave".

— consolidação, abarcando situações diversificadas no que se refere à intensidade e tipos de articulação com elementos exteriores.

Tudo parece indicar, em suma, que a variedade de realidades existentes no interior da componente endógena, mesmo que venha a assumir configurações relativamente distintas, tenderá a prolongar-se pelo futuro.

2.3. *Investimento endógeno e processo de industrialização (de desenvolvimento local) endógeno: uma distinção necessária*

Ao contrário da atomização característica das áreas sem um passado industrial significativo, as relações interempresas desempenham, nas regiões onde essa tradição existe, um papel decisivo, mesmo nos casos em que não assumem formas directamente produtivas. É o que sucede, por exemplo, em processos de crescimento extensivo incipientes, possuindo uma débil divisão técnica da produção; aqui, essas relações efectuam-se sobretudo através da transferência de mão-de-obra, da circulação de informação, do desenvolvimento de alguns serviços de apoio comuns e, finalmente, da emergência de novos empresários segundo a trajectória designada por via empírica.

Pode, pois, afirmar-se que em áreas sem tradição industrial as relações locais “verticais” - isto é, produção/matérias primas e mercado - são bem mais importantes do que as “horizontais” (relações interempresariais).

Pelo contrário, onde aquela tradição está presente as relações “horizontais” desempenham, mesmo que indirectamente, um papel fundamental na consolidação dos tecidos produtivos locais. Simultaneamente, as relações “verticais”, quase sempre indispensáveis no início do processo de industrialização (matérias primas e energia apropriadas, por exemplo), sofrem, por vezes, um processo de clara subalternização que as pode tornar irrelevantes. A indústria têxtil - laborando, hoje, com matérias primas importadas, recorrendo a energia não hídrica e dirigindo a maior parte da produção para o mercado internacional - constitui a ilustração mais conhecida dessa tendência, mas outros casos indênticos poderiam, sem dificuldade, ser indicados.

Este processo simultâneo de “desterritorialização”, por um lado, e de consolidação “horizontal” interna, pelo outro, que pode desembocar na constituição de verdadeiras *regiões-enclave*, permite retomar a pertinência da distinção entre “investimento endógeno” e “processo de industrialização (de desenvolvimento local) endógeno”.

A afirmação de processos de desenvolvimento local verdadeiramente endógenos prende-se, antes de mais, com a capacidade evidenciada pelos agentes locais (empresários, autarquias e outros) para os *gerir e controlar* de uma forma articulada, ainda que conflitual. Isto é, a *capacidade de negociação* com os agentes de proveniência externa constitui o elemento-chave de qualquer processo endógeno de desenvolvimento local, desde que implique uma visão suficientemente concertada e integrada dos interesses manifestados pelos diferentes segmentos da população local. O predomínio, ou até a exclusividade, de iniciativas de raiz local não basta, se a sua expansão se efectuar num contexto de clara extroversão. No caso da indústria têxtil/vestuário do Norte Litoral, por exemplo, os elementos decisivos — matéria-prima, equipamento, design e qualidade do produto, comercialização — apresentam-se basicamente controlados do exterior; seria ingenuidade falar de desenvolvimento endógeno, embora a esmagadora maioria das unidades produtivas sejam de origem local.

Por outro lado, um processo de industrialização/de desenvolvimento local verdadeiramente endógeno não necessita, obrigatoriamente, de se basear apenas em investimentos locais. Pelo contrário, a colaboração com agentes (individuais e institucionais) exteriores à região, numa óptica de vantagens recíprocas, pode mesmo constituir um factor de sucesso indispensável.

De facto, os processos endógenos de desenvolvimento local são *tão inconciliáveis com a autarquia como com a extroversão*. O progresso social só é possível num contexto de abertura ao exterior. É justamente por essa razão que as *relações que se estabelecem entre os agentes endógenos e exógenos de dinamização local/regional — concretizadas através dos termos de negociação existentes em cada caso — devem ocupar uma posição central em qualquer debate sobre os processos endógenos de desenvolvimento local*.

2.4. Investimento exógeno: um olhar a partir das regiões

a) O investimento estrangeiro

Afastado o espectro do período revolucionário de 1974/5 e sendo, desde Janeiro de 1986, membro da Comunidade Europeia, Portugal tornou-se novamente atractivo para o capital estrangeiro (IIE, 1986).

É possível distinguir três componentes principais no seio dos investimentos exógenos provenientes de outros países, de acordo com a sua origem geográfica: Espanha, restantes Estados da CEE e países não pertencentes a esta comunidade.

Embora vizinhos, os países ibéricos mantiveram-se de costas voltadas até à recente adesão de ambos à Comunidade Europeia. Desde então, as relações entre eles - produtos, serviços, capitais - intensificaram-se de forma considerável. A Espanha constitui actualmente o primeiro ou segundo fornecedor de Portugal, o segundo foco de investimento estrangeiro directo e o quarto cliente. Globalmente, o tradicional *deficit* que Portugal apresenta face ao seu vizinho ibérico tende a acentuar-se; Itália, Espanha e R.F.A. correspondem, aliás, aos países que mais beneficiaram, em termos de trocas comerciais, com a entrada de Portugal para a CEE.

A verdade é que, no que concerne os investimentos directos provenientes de Espanha, é necessário distinguir dois vectores bem distintos. Um primeiro, avaliado em cerca de 40% do total e orientado sobretudo para actividades industriais, corresponde a investimentos de multinacionais (nomeadamente francesas) instaladas no país vizinho; um segundo, particularmente activo no domínio do comércio grossista, tem origem, este sim, em empresas com sede em Espanha.

Os factores de atracção para cada um dos casos não são, como é natural, totalmente coincidentes.

Para o primeiro, os baixos custos de produção (principalmente salariais) e a disponibilidade de determinados recursos naturais constituem

os elementos determinantes. A produção destina-se sobretudo para exportação (inclusive para Espanha).

No segundo caso, pelo contrário, a estratégia de conquista do mercado português ganha maior saliência. Não é raro que, após um período experimental, a actividade comercial se alargue à produção (vestuário, calçado, artigos para o lar, etc.).

A criação do mercado único da Comunidade Europeia em 1992 intensificou a procura de Portugal por parte do capital estrangeiro, oriundo principalmente de outros países membros mas também de Estados não pertencentes à Comunidade; é o caso, por exemplo, de países da Ásia do SE (sobretudo Japão), dos E.U.A. e do Brasil, que tendem a encarar Portugal como plataforma logística para penetrar no mercado comunitário. As actividades intensivas em mão-de-obra, quer tradicionais (calçado, vestuário, têxteis) quer “modernas” (particularmente as que se relacionam com a indústria automóvel: cablagens, acessórios, etc.), polarizam uma parte considerável das iniciativas recentes já em laboração ou previstas para curto prazo.

A expansão do investimento estrangeiro directo implicará a emergência de novas configurações espaciais? Não é fácil responder a esta pergunta, mas deve pelo menos levar-se em conta que o reforço deste tipo de investimento não se traduz necessariamente pela criação de novos estabelecimentos, por duas razões principais: a) importância da criação de *joint-ventures* e outras formas de associação ou participação financeira em empresas já existentes;

b) tendência para aproveitar edifícios de empresas falidas.

De uma forma geral, os novos empreendimentos acentuam ou alargam padrões de implantação industrial já existentes (Carrière, 1988), incidindo privilegiadamente nos territórios imediatamente periféricos às áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, nalgumas sedes de distrito e em regiões com boa acessibilidade (por via marítima ou terrestre) ao exterior.

Os municípios, através de políticas de uso de solos industriais e de infra-estruturação, têm contribuído para a concretização daquelas tendências. Dado o volume de emprego criado por alguns dos novos investimentos estrangeiros (os de maior dimensão incluem ou prevêm entre 500 e 1000 postos de trabalho), existem mesmo municípios, sobretudo de áreas não industrializadas, que asseguram gratuitamente terrenos e instalações específicos para essas iniciativas (isto é, sem estarem inseridos em qualquer loteamento industrial), responsabilizando-se até pela jardinagem dos espaços envolventes!

b) *Investimento nacional*

A criação e consolidação de grupos industriais constitui o elemento mais decisivo para a crescente mobilidade, no interior do país, do capital nacional. De facto, não se pode esquecer que, em 1974/5, o desmantelamento dos grandes grupos económicos e a nacionalização da banca e das

indústrias de base implicaram uma retracção considerável deste segmento do capital, retirando algum dinamismo ao investimento exógeno de origem nacional.

É possível que a afirmação destes novos (ou renovados...) grupos se traduza por um maior recurso a estratégias de "racionalização locativa". Se assim for, a coincidência entre o local de naturalidade/residência dos empresários e de implantação das unidades produtivas tenderá certamente a recuar. Para as áreas locativamente mais atractivas, o peso dos investimentos endógenos - na acepção restrita que anteriormente se lhe atribuiu - sofrerá uma retracção relativa ou mesmo absoluta.

Uma vez mais se coloca, portanto, a questão da articulação entre investimento endógeno e exógeno: perigo de desarticulação do tecido local de raiz endógena, num extremo; colaboração mutuamente recíproca, no outro extremo. Os resultados futuros são multiformes, dependendo em grande medida do dinamismo e capacidade de negociação evidenciados pelas forças regionais.

Naturalmente que os mesmos desafios se colocam, ao nível do país, entre as componentes nacional e estrangeira do investimento definido como exógeno para uma dada região, o que amplia consideravelmente a margem de imprevisibilidade no que se refere à evolução que ocorrerá a curto e médio prazo.

De uma forma geral, e no que diz respeito aos territórios periféricos às áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, as medidas tomadas no sentido de beneficiar o dinamismo industrial, embora globalmente com resultados pouco expressivos, têm actuado em grande medida como factores favoráveis à atracção de investimentos externos à região e não tanto como elementos geradores de novas iniciativas de raiz local. Isto é, enquanto se der prioridade à melhoria das *condições de recepção* (acessos, áreas industriais infraestruturadas, etc.), prestando insuficiente atenção a *intervenções de consolidação dos tecidos de raiz local já existentes e de dinamização de novas iniciativas endógenas* (Mendes Baptista, 1984), é o capital - nacional ou estrangeiro - com maior grau de mobilidade que está a ser claramente beneficiado.

3. Mobilização do Potencial Endógeno: algumas medidas

3.1. Espontaneidade, estímulos indirectos e políticas

Os diferentes dinamismos endógenos poderão, como se viu, ser caracterizados de formas distintas quanto à espontaneidade e aos apoios de que beneficiaram.

As acções explicitamente orientadas para a mobilização do potencial local de desenvolvimento resumem-se unicamente a alguns casos esporádicos, dos quais o melhor sucedido é o de Castanheira de Pera (pequena vila têxtil do centro do país) e que se enquadra no âmbito das iniciativas locais de emprego (I.L.E.). Neste caso, o papel decisivo coube à Autarquia Local, que foi o dinamizador da criação de uma Sociedade

de Desenvolvimento que tomou a seu cargo a criação de novas unidades produtivas (Henriques, Oliveira das Neves, 1986). Noutras experiências, de resultados menos evidentes e sem peso relevante para o desenvolvimento regional, são organizações de solidariedade social (algumas de origem religiosa e estrangeira) que têm estado a liderar os esforços efectuados.

Todavia, embora não explicitamente, grande parte do dinamismo endógeno passado foi, no essencial, provocado.

Nas regiões do interior, pela fixação de retornados das ex-colónias, que dispuseram de importantes meios de financiamento para estimular a concretização dos respectivos projectos, e, posteriormente, pela acção dos municípios que, através dos mecanismos da Lei das Finanças Locais, se tornaram importantes redistribuidores de rendimento e estimuladores de procura de bens e serviços de origem local. Acções de formação profissional, organizadas por serviços públicos, contribuíram também para esse dinamismo.

Na área Metropolitana do Porto e suas extensões, o dinamismo endógeno foi grandemente favorecido e apoiado por uma política macro-económica centrada na desvalorização do mercado interno e no aumento da competitividade das nossas exportações.

Na região de Lisboa, a complexidade dos fenómenos não permite conclusões seguras, mas o conhecimento que se tem é que predomina sobretudo a componente espontânea provocada pela inexistência de alternativas de emprego por conta de outrem e estimulada pela presença dos mais importantes centros de formação e investigação.

Porém, à excepção da experiência I.L.E., não se pode falar, de facto, na existência de acções dos Poderes Públicos no sentido de provocarem e estimularem o potencial endógeno de desenvolvimento local. É certo que houve vários programas ao abrigo dos quais se poderiam obter apoios financeiros, mas foram irregulares, pouco divulgados e de resultados insignificantes.

Só recentemente foi criado um Sistema de Incentivo ao Potencial Endógeno (D.L. 15-B/88 de 18 de Janeiro) que cobre parcialmente os custos com:

- a) Estudos sectoriais de inventariação de pontencialidades de desenvolvimento de acesso a novos mercados, com vista à sua divulgação pelas empresas;
- b) estudos de viabilidade técnica, económica e financeira;
- c) assistência técnica em matéria de gestão e organização, bem como em inovação e modernização tecnológica;
- d) estudos de riscos que favoreçam o acesso das empresas ao mercado de capitais.

Se bem que estas medidas venham no sentido correcto, a incipiência das medidas de política visando estimular o dinamismo endógeno é o resultado de não se ter ainda compreendido a natureza deste dinamismo e da sua componente determinante nem identificado os factores que a condicionam.

3.2. Políticas que visam reforçar a componente endógena do desenvolvimento local: alguns comentários

Discutir o desenvolvimento local endógeno é discutir a capacidade local/regional para fazer surgir no seu seio agentes organizadores dos seus factores produtivos e do acesso ao mercado de novos (ou mais) bens ou serviços (Mendes Baptista, 1985). Trata-se, em suma, da capacidade de gerar e concretizar novas iniciativas empresariais, questão que pode ser decomposta na identificação de uma oportunidade de investimento, na sua transformação em projecto, na obtenção dos financiamentos e na organização do acesso ao mercado. As medidas de política têm-se orientado sobretudo em direcção à terceira, mas vêm-se revelando incapazes de tratar convenientemente com as restantes.

As diversas situações de dinamismo endógeno que encontramos na experiência portuguesa revelam como elementos cruciais a informação e o "saber-fazer" relativos a aspectos específicos da produção ou comercialização do produto, o que, se por um lado não permite grandes expectativas quanto às regiões sem tradição industrial, aponta para que, além das acções já legalmente consagradas:

i) se reforce a formação profissional adequada á valorização dos recursos regionais, menos em resposta à procura presente do que como forma de gerar novas procuras no futuro;

ii) se fomente o intercâmbio entre os meios empresariais de diversas regiões, se promova nas escolas (eventualmente pela simulação real) o espírito empresarial, se divulgue e promova o contacto com a vida empresarial das regiões mais dinâmicas;

iii) se estudem sistematicamente as possibilidades de investimento na região e se divulguem essas possibilidades junto dos artesãos, pequenas empresas, operários qualificados e jovens à saída do sistema de ensino;

iv) se fomente a criatividade regional e se divulgue e reconheça socialmente o valor das experiências empresariais bem sucedidas.

Trata-se da tarefa complexa de fazer com que, através do conhecimento de experiências tecnológica e organizativamente acessíveis, sejam despoletadas iniciativas potenciais que possam usufruir das condições e dos apoios que venham a estar disponíveis. Nalguns casos, poderá mesmo ser necessário a introdução de instituições vocacionadas para a geração de projectos e mobilizadoras de iniciativas e capitais, como as Sociedades de Desenvolvimento Regional que, previstas na lei desde 1980, não têm merecido grande atenção por parte dos agentes económicos, públicos e privados.

Mas as iniciativas endógenas debatem-se ainda com as suas próprias limitações no acesso aos apoios que lhes são dirigidos. A sua dimensão, dispersão geográfica e incipiência organizativa levam, por vezes, os serviços de acção económica a considerar que as "não conhecem". A promoção do associativismo empresarial e o estímulo à sua aglomeração

(por exemplo, através da criação de parques de empresas - *workshop centers*) são condições essenciais para o acesso aos apoios na preparação de projectos, na organização da produção, na gestão, na introdução de novas tecnologias, etc., que deveriam estar disponíveis. Para a prestação de alguns destes apoios a lei já prevê os Centros de Desenvolvimento Industrial do Interior, cuja implementação não tem avançado, e vem sendo organizada uma Rede de Extensão Industrial, a qual apenas tem significado nas regiões tradicionalmente mais industrializadas.

Finalmente, é ainda a experiência que revela que o crescimento em extensão (por imitação) conduz frequentemente ao esgotamento do mercado local, por incapacidade de as empresas organizarem o seu próprio mercado a um nível regional, nacional ou internacional. A organização da subcontratação e da partilha de grandes encomendas, o estabelecimento do contacto fornecedor/cliente, a promoção de uma imagem de marca (sinónimo de qualidade) regional são vectores de actuação tão ou mais importantes que a criação de infraestruturas materiais de acolhimento.

A bateria de medidas de política regional orientadas para o desenvolvimento endógeno vem-se aperfeiçoando e é razoavelmente conhecida no nosso país, *mas não tem havido a capacidade organizativa para as pôr em prática*, nomeadamente porque exigem uma acção fortemente descentralizada e os sucessivos governos não têm querido nem sabido descentralizar o planeamento e a acção económica.

Em todo o caso, há que reconhecer que um processo de desenvolvimento local apenas pela via endógena será, pelo menos no que se refere às regiões sem tradição industrial, extremamente lento e provavelmente incapaz de reter os factores produtivos atraídos pelas regiões mais dinâmicas. Nestas condições, torna-se necessária a introdução de um "agente exterior de mudança", seja sob a forma de investimentos de grande dimensão e de fortes efeitos multiplicadores regionais (quer de iniciativa privada quer pública), seja mediante uma profunda reorganização institucional com devolução de poderes e capacidade de acção para o nível local/regional.

Por outro lado, os investimentos privados dotados de maior mobilidade inter-regional promovem normalmente uma imagem de organizações empresariais não acessível à maior parte dos agentes locais, podendo mesmo revelar-se desincentivadores do dinamismo endógeno.

Pelo menos nestes casos, a aceleração da componente endógena do desenvolvimento local dificilmente poderá prescindir de reformas institucionais e da acção dos poderes públicos.

Notas

¹ Este facto não significa que os autores partilhem a perspectiva de que qualquer processo endógeno de desenvolvimento local tenha, *necessária e inevitavelmente*, que se apoiar em iniciativas empresariais do sector transformador. O fundamental da argumentação apresentada é, aliás, extensível a outros tipos de actividades.

² Dispõe-se, actualmente, de um leque bastante razoável de estudos sobre realidades locais industrialmente diversificadas. Veja-se, em particular, Caetano 1986, Domingues e Marques 1987, Ferrão 1987, Ferrão e Jensen-Butler 1986, Lewis e Williams 1984, Marques 1987, Reis 1987 e Rosa Pires 1983.

³ Por razões óbvias, o investimento endógeno, tal como foi aqui definido, possui um significado distinto nestas áreas.

Referências bibliográficas

- Aydalot, P. (ed.), 1984, *Crise & espace*, Economica, Paris.
- Caetano, L., 1986, *A Indústria no Distrito de Aveiro* (vol. I), Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra.
- Carrière, J.P., 1988, "Investissements étrangers et dynamiques regionales: analyse de la contribution des investissements étrangers à la formation des disparités regionales au Portugal", comunicação apresentada na Conferência *Dinamiques regionales et urbaines en Méditerranée*, Sfax, Tunísia.
- Domingues, A., Marques, T., 1987, "Produção Industrial, Reprodução Social e Território - Materiais para uma Tentativa de Abordagem do Médio Ave", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 22, p. 125-142.
- Ferrão, J., 1987, *Indústria e Valorização do Capital. Uma Análise Geográfica*, Centro de Estudos Geográficos, INIC, Lisboa.
- Ferrão, J., 1988, "L'industrie au Portugal. Structures productives et sociales dans des contextes régionaux diversifiés", *Annales de Géographie*, nº 541, p. 308-329.
- Ferrão, J., Jensen-Butler, C., 1986, "Industrial Development in Portuguese Regions During the 1970's", *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 77 (2), p. 132-148.
- Fuà, G., Zacchia, C. (ed.), 1983, *Industrializzazione senza fratture*. Il Mulino, Bologna.
- Garofoli, G. (ed.), 1983, *Industrializzazione diffusa in Lombardia. Sviluppo territoriale e sistemi produttivi locali*, Franco Angeli, Milano.
- Henriques, J.M., Oliveira das Neves, A., 1986, "Castanheira de Pera: uma Via para o Desenvolvimento Regional Endógeno", *Sociedade e Território*, 4, p. 116-125.
- Hudson, R. (ed.), 1984, "Small Firms and Regional Development. Perspectives from Northern and Southern Europe", Copenhagen School of Economics and Business Administration, Copenhagen.
- I.I.E., 1986, "Relatório de Actividades 1986", Instituto do Investimento Estrangeiro, Lisboa.
- Lewis, J., Williams, A., 1984, "The Formation and Role of Small and Medium Size Industrial Enterprises in the Região Centro, Portugal", comunicação apresentada ao *24th European Congress of the Regional Science Association*, Milano.
- Marques, T., 1987, "Sistema Produtivo Industrial e Território.
- Um Estudo da Têxtil em Guimarães", Faculdade de Letras.
- Mendes Baptista, A.J., 1984, "Processo de Regionalização, Concepção e Implementação. Desenvolvimento Económico e Política Regional", IACEP/NEUR, Lisboa.
- Mendes Baptista, A.J., 1985, "Novas Iniciativas Empresariais no Alentejo. Factores e Medidas para a sua Dinamização", IACEP/NEUR, Lisboa.
- Mendes Baptista, A.J., 1987, "Perspectivas de Desenvolvimento Económico da área Metropolitana de Lisboa", in FCSH/UNL, *I Seminário Internacional. Área Metropolitana de Lisboa, Que Futuro?*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 367-377.

-
- MPAT, 1987, "Relatório do Estado do Ambiente e Ordenamento do Território", Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa.
 - MPAT, 1988, "Relatório do Estado do Ambiente e Ordenamento do Território", Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa.
 - Reis, J., 1987, "Os Espaços da Industrialização. Notas sobre a Regulação Macroeconómica e o Nível Local", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 22, p. 13-31.
 - Rosa Pires, A. de, 1983, *Rural Diffuse Industrialization in Portugal*, MSc Dissertation, Town Planning Department, UWIST, Cardiff.
 - Vasquez Barquero, A., 1985, "L'industrie espagnole et la crise. Une réévaluation du territoire", *Bulletin de la société languedocienne de géographie*, 19, (1-2), p. 43-68.